

HISTÓRIA E LITERATURA: INTERFACES NA OBRA DE UM ESCRITOR SUL-RIO-GRANDENSE (MÁRIO DE ARTAGÃO, 1892-1894)

FRANCISCO DAS NEVES ALVES*

RESUMO: Ensaio que busca analisar as interfaces entre História e Literatura na produção jornalística e literária de Mário de Artagão, escritor que defendeu ardorosamente a monarquia, fazendo oposição e resistindo ao modelo ditatorial que tomava conta do cenário político do Rio Grande do Sul ao final do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: História, Literatura, Mário de Artagão, Rio Grande do Sul, monarquia, república

ABSTRACT: Essay that seeks to analyze the interfaces between History and Literature in journalistic and literary production of Mário de Artagão, a writer who ardently defended the monarchy, making opposition and resisting dictatorial model that took account of the political Rio Grande do Sul scene in the late nineteenth century.

KEYWORDS: History, Literature, Mario de Artagão, Rio Grande do Sul, monarchy, republic

Na virada do século XIX ao XX, predominava nos meios intelectuais a figura do “homem de letras”, ou seja, um estudioso que atuava nas mais variadas áreas do conhecimento humano. Nesse sentido, História e Literatura se encontravam em patamares muito próximos quanto aos seus articuladores que desempenhavam seus papéis de escritores nos meios de divulgação disponíveis,

* Professor da FURG. Doutor em História – PUCRS (1998). Pós-doutorado junto ao ICES/Portugal (2009). Pós-Doutorado junto ao CLEPUL – Universidade de Lisboa (2013).

notadamente por meio da imprensa e da publicação de livros. Tal realidade é bem típica da conjuntura brasileira da época ao longo do vasto território e, notadamente, nas mais importantes localidades. O Rio Grande do Sul, a mais meridional das unidades do Brasil, não ficaria de fora deste contexto, desenvolvendo-se em seu seio uma significativa intelectualidade que interagiu em múltiplos campos do saber. Nesse ambiente esteve inserido Mário de Artagão, poeta de larga carreira que desempenhou também a função de jornalista, visando tanto à criação literária quanto à militância político-ideológica através da imprensa.

Antônio da Costa Correia Leite Filho, mais conhecido pelo nome artístico Mário de Artagão, o qual viria, inclusive, a adotar como próprio, repassando tal sobrenome para seus descendentes, nasceu no Rio Grande, a mais antiga cidade do Rio Grande do Sul, voltada essencialmente às lides mercantis, através de seu porto, no dia 16 de dezembro de 1866. Era de família rica graças às atividades comerciais, fator que permitiria que ele realizasse seus estudos na Europa, concluindo o curso de Humanidades no Porto e frequentando cursos superiores em Paris e Hamburgo, na qual ingressou na Faculdade de Filosofia e Direito, bacharelando-se na primeira área, mas não concluindo a formação jurídica. Quando retornou ao Brasil, foi representante da empresa familiar no Recife e no Rio de Janeiro, locais onde já atuaria no campo literário e jornalístico. Mais tarde, retornaria à sua cidade natal para dirigir o empreendimento comercial Leite & Cia. Ltda., mantendo sua carreira de poeta e jornalista.

Junto à imprensa, o escritor sul-rio-grandense teve significativa atuação, escrevendo na *Tribuna Liberal* do Rio de Janeiro, no *Correio Mercantil*, na cidade gaúcha de Pelotas, e no *Artista*, no *Echo do Sul* e no *Rio Grande do Sul*, todos jornais publicados na cidade onde Artagão nasceu. Além disso, fundou, gerenciou e redigiu o diário *A Actualidade*, no qual advogou suas convicções político-ideológicas voltadas aos ideais monarquistas, o que lhe custaria acirrada perseguição, uma vez que se opôs abertamente ao autoritário sistema político chefiado por Júlio de Castilhos que comandou o Rio Grande do Sul nos primeiros tempos republicanos. Como típico representante da intelectualidade

de seu tempo, Mário de Artagão atuou em múltiplas áreas, de modo que, além de poeta e jornalista, foi professor, filósofo, conferencista e teatrólogo. Era poliglota, dominando não só a língua materna como também o inglês, o francês, o espanhol, o alemão e o italiano. Ele foi membro-fundador da Academia Rio-Grandense de Letras, além de ter sido membro de academias literárias em Paris e em Hamburgo.

A gênese de sua carreira literária ocorreu em 1889, com o lançamento de *As infernais*, livro que contou com uma segunda edição no ano seguinte. Já de volta ao Rio Grande, publicou *Psaltério* (1894), *Psaltério na quermesse* (1896), *Janina* (1900) e *Música Sacra* (1901). Nessa época, também contribuiu com poemas para o *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, o *Almanaque Popular Brasileiro* e o *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul*. A partir de sua militância, teria o cerceamento e as práticas persecutórias cada vez mais próximas de si, mantendo-se na oposição e na resistência até quando foi possível. A seu modo, Artagão representou uma daquelas tantas vozes discordantes que viriam a ser caladas e, mais tarde, apagadas da memória política gaúcha pela imposição do modelo castilhisto, predominante por décadas a fio na conjuntura sul-rio-grandense¹. Tamanhas perseguições fizeram com que o escritor tivesse de abandonar o jornalismo², chegando a ter de refugiar-se por oito meses no consulado inglês.

Os desgostos com os rumos autoritários predominantes nas esferas federal e estadual fizeram com que o poeta se decidisse por desfazer-se do valioso patrimônio familiar e optasse por um autoexílio em Portugal, se mudando para Lisboa em 1905, adotando-a como novo lar, permanecendo ali até o seu falecimento em 16 de agosto de 1937. Em termos intelectuais, abandonaria a carreira de jornalista militante, vindo a guardar profundo silêncio sobre a política de sua terra natal, preferindo não se ocupar das

1 ALVES, Francisco das Neves. O debate político “monarquia X república” o discurso de um intelectual sul-rio-grandense. In: *Anais do XI Encontro Estadual de História*. Rio Grande: FURG, 2012. p. 369.

2 SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 263.

facções que governavam o Brasil³. Permaneceria também algum tempo afastado da sua verve literária⁴, até retomá-la, lançando uma segunda edição de *Janina* (1907) e de *Psaltério* (1912), e uma terceira edição de *As infernais* (1914). Publicou também os poemas *No rastro das águas* (1925) e *Rimas pagãs* (1933), a conferência *Helláda – ninho dos deuses* (1934) e o drama *Feras à solta* (1936). Ainda são citadas como obras inéditas do autor o drama *A taça*, o romance *O senhor deputado*, o poema sociológico *Crepe* e o estudo *Darwinismo e deísmo*⁵. Em Portugal, contribuiria com seus poemas em várias publicações como *Brasil – Portugal: revista quinzenal ilustrada* e *Atlântida: mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil*.

Ao longo de sua atuação literária, Mário de Artagão manifestaria as várias etapas de sua formação estudantil e acadêmica, bem como suas cargas de leituras e vivências na Europa e no Brasil⁶, promovendo uma verdadeira mescla de saberes, conseguindo ser, ao mesmo tempo, rebelde e inquieto, monarquista em política e darwinista em ciência⁷. O poeta conviveu com diferentes formas de ver e pensar as sociedades, assimilando-as, apreendendo-as, contradizendo-as e interpretando-as à sua maneira, resultando em ideais uniformes e/ou amalgamados que compuseram suas convicções, as quais inevitavelmente viriam a marcar a sua produção literária e jornalística⁸. Este ensaio

3 SARMENTO, José. O grande exilado. In: *Ilustração Portuguesa* – edição semanal do jornal *O Século*, Lisboa, 22 abr. 1907, v. 3, n. 61, p. 494.

4 FREITAS, José Joaquim de Senna. *Ao veio do tempo (ideias, homens e fatos)*. Lisboa: Antônio Maria Pereira Livraria-Editora, 1908. p. 352.

5 Dados biográficos e bibliográficos do autor obtidos a partir de: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. p. 242-243; MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1978. p. 308-309.; NEVES, Décio Vignoli das. *Vultos do Rio Grande*. Rio Grande: Artexto, 1987. p. 51-53; e VILLAS-BÓAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense: autores*. Porto Alegre: *A Nação*, Instituto Estadual do Livro, 1974. p. 268

6 ALVES, Francisco das Neves. A produção literária de um poeta sul-rio-grandense: uma breve incursão ao pensamento e à obra de Mário de Artagão. In: *Cadernos literários*. Rio Grande: Editora da FURG, 2011. v. 19. p. 51.

7 CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. 3.ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; CORAG, 2006. p. 319-320.

8 ALVES, Francisco das Neves. Um poeta brasileiro no exílio: duas obras de Mário de

pretende abordar uma fração em meio à carreira do escritor, mais especificamente aquela que se desenrolou entre 1892 e 1894, período que compreendeu a sua mais veemente atuação como jornalista militante da causa monárquica nas páginas do jornal *A Actualidade*, passando pelo seu afastamento de tais lides até a publicação de *Psaltério*, obra em que ele buscava demarcar seu divórcio do jornalismo de combate, mas na qual permaneceram, entre um verso e outro, alguns fragmentos de suas convicções político-ideológicas.

Em setembro de 1892, Mário de Artagão fundou o jornal *A Actualidade*, cujas páginas serviram para sustentar seu pensamento político monárquico. O escritor, em geral, assinou as matérias editoriais do periódico, como aquela publicada no primeiro número, intitulada “Enfim”. Com tal exclamação, o redator-proprietário dizia estar iniciando a vida da *Actualidade*, para transparecer uma alegoria que considerava impossível de moderar, uma vez que era a luta que começava. Afirmava que seriam raros os que desejavam a vida das responsabilidades, mas ele argumentava que a procurava e, com ela, sentia dentro de sua alma a alegria a cantar. Considerava que a luta na qual iria se empenhar era pelos ideais, cheia de esforços nobres, de altivez e de abnegação, o que, por si só, já seria consolador. O escritor declarava ainda que não queria as posições cômodas e nem recompensas, pois, se as ambicionasse, bastaria ter cometido em 15 de Novembro o crime de abjurar as suas crenças monárquicas, para engajar-se nas fileiras da república triunfante, de modo que assim poderia ser considerado, segundo a opinião de muitos, um digno representante da nação, mas, na sua consciência, não passaria de um trânsfuga⁹.

Ainda no mesmo editorial, fazendo considerações sobre suas vivências e convicções, o redator dizia que em mais de uma vez fora apontado nas ruas do Rio de Janeiro como um produto raro de lealdade e cegueira, sendo chamado de louco e sonhador. Diante disso, afirmava que abençoava a loucura e bendizia os

Artagão escritas e editadas em Lisboa. In: *Navegações: Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa*. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2014. v. 7. n. 1. p. 48.

9 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 1º set. 1892. A. 1. N. 1. p. 1.

seus sonhos, uma vez que se tratava da loucura do amor por uma causa que não julgava perdida e eram os sonhos de moço e de ternura, inspirados na felicidade que ardentemente desejava para a sua pátria. Nessa linha, destacava que haviam rido dele, mas, na verdade, estariam a rir da pátria em soluços, uma vez que era o povo que chorava lágrimas de saudade em torno do esquife que levava o velho imperador para a morte no exílio. Argumentava também que, nos últimos três anos, não havia cessado de agremiar os elementos para formação de um partido, de modo que, naquele momento, assistia-lhe o direito de considerar-se mais feliz em poder hastear francamente a bandeira das suas crenças¹⁰.

Segundo Artagão, a partir da *Actualidade*, a sua missão ficaria mais exequível, pelo fato de poder escrever com mais franqueza em um jornal do qual era um dos proprietários, além de ter ainda esperanças de poder contar com a liberdade de pensamento expressa no texto constitucional. O jornalista afirmava que não pretendia conspirar e sim educar, uma vez que a propaganda que propunha seria inspirada em sentimentos nobilitadores, não tendo a desordem como fator nem a bala como motor. Nesse sentido, declarava que não queria convulsionar a pátria, bastando para isso os sobressaltos e as agitações em que ela já vivia, de modo que a luta por ele iniciada teria a educação do povo por único objetivo, visando apontar-lhe o caminho a seguir para ser conseguida a felicidade perdida, o que só poderia ser obtido no terreno da ordem, sem que fosse preciso abalar a sociedade. Diante disso, asseverava que se os detentores do poder consentissem que as urnas falassem livremente, tinha certeza de que sua luta teria em um futuro próximo o seu triunfo glorioso¹¹.

Definindo o norte editorial da publicação, o escritor explicava que redigiria *A Actualidade* com delicadeza e critério, não se empenhando nas contendas estéreis que vinham lançando o ódio e a discórdia sobre o jornalismo rio-grandense, uma vez que o insulto não regenerava e sim depravava. Nessa linha, declarava que o amor devotado à causa da restauração da monarquia e a sua pena, nunca oxidada pela descompostura, iriam colocá-lo a

10 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 1º set. 1892. A. 1. N. 1. p. 1.

11 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 1º set. 1892. A. 1. N. 1. p. 1.

salvo dos ataques com que pudessem tentar ferir a sua humilde individualidade. Dizia escrever em nome de uma ideia e de um partido, sendo, portanto, invulnerável no seu posto de honra e no grande reduto em que pretendia alocar-se feito de abnegação e de civismo¹². A partir desta edição inicial, enquanto pode, Mário de Artagão desenvolveu ampla campanha em prol dos ideais monárquicos, destinando vários dos editoriais da folha a serviço de tal causa¹³.

Já na segunda edição de seu jornal, o articulista passaria a publicar o editorial “Verdades”, no qual intentava traçar paralelos entre as formas monárquica e republicana, ressaltando as vantagens daquela em detrimento desta. Retomando o conteúdo programático de seu periódico, lembrava que pretendia orientar o povo na senda a seguir, para que fosse adquirida a felicidade perdida, chegando a ocasião de colocar em evidência as vantagens da monarquia em cotejo com as irregularidades republicanas. Dessa maneira, até poderia compreender que, em termos teóricos, ambas as formas poderiam até ser aceitáveis, entretanto, na prática, não conseguia ver a viabilidade das repúblicas. Quanto aos críticos da monarquia, tendo em vista a questão da hereditariedade, o escritor opinava que seria exatamente em tal pressuposto que estaria o grande benefício de tal regime¹⁴.

Assim, Artagão argumentava que o trono era o estorvo mais eficaz para a sanha dos ambiciosos, uma vez que nas repúblicas qualquer caudilho que dispusesse de um milheiro de baionetas poderia afoitamente tentar um assalto ao poder, trazendo consigo o atraso em todos os ramos de atividade, pelo espadanar do sangue, e o desastre do sistema econômico, pelos grandes dispêndios das lutas fratricidas. Considerava ainda que, em se tratando de presidentes da república, havia muitos exemplos de que os mais ineptos eram geralmente os preferidos para o cargo. Chegava a reconhecer que houvera também monarcas incapazes de reger

12 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 1º set. 1892. A. 1. N. 1. p. 1.

13 A única coleção existente da *Actualidade*, no acervo da Biblioteca Rio-Grandense, compreende apenas os meses de setembro de 1892, julho de 1893 e de janeiro a maio de 1894, quando Artagão afasta-se do periódico.

14 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 2 set. 1892. A. 1. N. 2. p. 1.

os destinos de uma nação, mas, diante disso, os parlamentos poderiam intervir, promovendo, de acordo com as constituições liberais, uma substituição que mais conviesse aos interesses do país, mediante um processo realizado suavemente, sem ruídos, nem distúrbios. Segundo a sua concepção, o mesmo não poderia ocorrer em repúblicas, nas quais a tentativa de apejar um presidente do poder normalmente resultava em revolta ou despotismo¹⁵.

Mantendo o tom pedagógico, o jornalista publicaria uma segunda parte do editorial “Verdades”, comparando monarquia e república. A respeito de um dos pontos criticados pelos republicanos nas realezas, a hereditariedade, o escritor defendia que ela seria uma vantagem, pois um herdeiro bem preparado poderia constituir uma garantia de paz, de ordem e de justiça. Em oposição, argumentava que a mesma suavidade na transmissão do poder não viria a ocorrer com os chefes de Estado republicanos, já que um homem que galgava o poder por meio de uma eleição quase sempre fraudulenta e conquistada à custa de muito dinheiro, não poderia ter a calma e a reflexão precisas para executar suas obrigações, pois sua escolha dependera de empenhos, promessas, bajulações e arqueamentos de espinha. Considerava que, desse modo, os presidentes não conseguiam fechar a porta à multidão de credores dos favores eleitorais, gerando a corrupção e o empreguismo¹⁶.

O redator somava a tais males o fato de que a escolha do governante republicano devia-se ao privilégio odioso em favor dos ricos, que exerciam pressão sobre as massas eleitorais, levando à eleição de um candidato mais à feição dos seus exclusivos interesses particulares. Sustentava que em tais casos não era o merecimento que triunfava e sim a cabala, desenvolvendo a força, forjando a fraude, espalhando o dinheiro e estorvando a liberdade de consciência. Além disso, argumentava que os processos eleitorais republicanos acabavam por gerar ferrenhas desavenças e oposições entre vencedores e derrotados, entravando a marcha progressista dos negócios do país. Citava também a possibilidade de que a ambição e o despeito do vencido, poderia redundar no

15 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 2 set. 1892. A. 1. N. 2. p. 1.

16 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 3 set. 1892. A. 1. N. 3. p. 1.

recurso às armas para obter o triunfo que as urnas lhe negaram, surgindo então a guerra fratricida, capitaneada pelo ódio que em um atropelo de lama e escarro, de sangue e maldições, destruía as sociedades. Assim, o escritor concluía que todos poderiam fazer o cotejo entre o suavíssimo processo de sucessão monárquico e o turbulento das eleições presidenciais, aparecendo como resultado a evidência das vantagens que trazia a hereditariedade sobre os mandatos republicanos¹⁷.

Os abruptos acontecimentos que sacudiam o país e o Rio Grande fizeram com que Mário de Artagão tivesse de suspender seus editoriais de natureza didático-pedagógica nas comparações entre as formas de governo, para se ocupar das contingências aflitivas de então. A liberdade de expressão foi uma das preocupações do jornalista, publicando editorial sob o sugestivo título de “A palmatória”, no qual, com veemência, denunciava um clamoroso atentado contra a imprensa, que se dera no coração da pátria rio-grandense. Nesse sentido, exclamava que, simplesmente porque um jornal editava uma notícia que desagradava às autoridades, a polícia já entendia que havia nisso uma razão para chamar os redatores, ameaçando-os com *bolos*, como se eles fossem meninos de escola, sujeitos ao medo das palmatórias. Diante disso, questionava se aquilo não seria um insulto atirado às bochechas de todos aqueles que viviam da imprensa, ou ainda o desprezo da autoridade por aquela instituição que merecia todo sacrifício e amor¹⁸.

Apelando contra o autoritarismo, o escritor avisava que aquela não era uma terra de turcos, na qual os jornais só poderiam escrever o que o sultão desejava. Em ardorosa defesa do pleno livre-arbítrio para o jornalismo, enfatizava que a imprensa, como uma conquista da civilização, precisava gozar da mais ampla liberdade, pois toda a tentativa de sufocá-la entraria no capítulo das grandes temeridades. Para ele, não seria possível sufocar um corpo que tinha, como a hidra da fábula, uma infinidade de cabeças, de modo que a nota de prisão expedida contra um colega jornalista constituía uma indignante arbitrariedade. Lembrando

17 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 3 set. 1892. A. 1. N. 3. p. 1.

18 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 4 set. 1892. A. 1. N. 4. p. 1.

os dispositivos constitucionais, Artagão argumentava que a imprensa não poderia estar à mercê da censura de um qualquer chefe de polícia, que, se não queria ver discutidos os seus atos, tinha a liberdade de desocupar um lugar que não sabia exercer¹⁹.

Sem perder a oportunidade para comparar as formas de governo, Mário de Artagão dizia que, nos “saudosos tempos” do Brasil Império era a imprensa uma instituição que dos poderes públicos merecia maior acatamento, sendo o velho imperador o primeiro a dar o exemplo de amor e de interesse a tudo quanto com ela se relacionasse. Lamentava que os tempos tivessem mudado, de modo que, quem quisesse ser digno do nome de jornalista e desempenhar com hombridade as suas atribuições no campo da imprensa, estava condenado a sofrer os destemperos daqueles que preferiam a sujeição pelo uso dos bolos de palmatórias. Com veemência, o redator exclamava que deveriam vir então de uma vez a inquisição e os autos-de-fé, pois, ainda assim, restaria o consolo de saber que, diante do fatídico *crê ou morre* ainda muitos patrícios existiriam que, abnegadamente, haveriam de preferir *morrer sem crer*²⁰, em clara alusão à resistência ao regime vigente que ele próprio vinha realizando.

Com a proximidade da data da independência brasileira, o redator da *Actualidade* passou a ocupar-se em desmentir um movimento conspiratório em prol do retorno à monárquica. Através do editorial “O boato”, Artagão afirmava que havia muita gente a tremer diante do dia 7 de Setembro, murmurando sobre uma planejada restauração da monarquia, de modo que as autoridades estariam a arrematar tropas, pondo-as de prontidão, visando sufocar o grito que poderia partir da cidade do Rio Grande para conflagrar a pátria brasileira. Perante isso, ele reagia, dizendo que, se era um idiota o forjador do boato, não menos insensatos eram aqueles que lhe davam curso, e garantia que ninguém cogitara em restaurar a monarquia por meio de uma conspiração. Reconhecia que em vários estados os partidos monárquicos se arrematavam, fazendo uma propaganda ativa em favor da restauração, mas ela seria realizada dentro da lei,

19 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 4 set. 1892. A. 1. N. 4. p. 1.

20 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 4 set. 1892. A. 1. N. 4. p. 1.

com ordem e moderação, embora amparada no entusiasmo que todas as causas nobres costumavam inspirar²¹.

Para Mário de Artagão, os movimentos conspiratórios eram anacrônicos e não se coadunavam com países que contavam com as garantias das liberdades constitucionais, criticando indiretamente o autoritarismo praticado no Brasil. Nesse contexto, considerava desnecessária a conspiração para obter o retorno a uma forma de governo que se impunha como uma necessidade para a pátria adquirir a felicidade perdida. O redator enfatizava que os monarquistas não conspiravam, pois se batiam a peito descoberto, pregando dentro da lei os seus princípios políticos e seria o povo quem haveria de exigir a restauração da monarquia, bastando para isso que lançasse o voto imaculado no ventre puríssimo das urnas. Mais uma vez tecendo críticas aos governantes, o escritor destacava que fecundado o gérmen da grande ideia monárquica, seria escusada a ostentação de forças coactoras, pois o povo na livre América não obedeceria senão à sua vontade soberana, de maneira que deveriam tranquilizar-se os seus adversários, pois o 7 de Setembro nada mais teria de notável senão a lembrança imorredoura de que havia setenta anos que os brasileiros eram um povo de homens livres²².

O mesmo tema continuaria na edição seguinte, por meio do editorial “Calma!”, no qual Artagão mais uma vez desmentia os boatos em torno de uma conspiração monárquica, conclamando seus companheiros de ideais a não cair nas provocações de adversários, evitando qualquer tipo de agitação. Considerava que o partido monárquico precisava de toda a calma e moderação para se tornar grande e poderoso, já que a monarquia haveria de vir suavemente, sem abalos nem convulsões. Nessa linha, afirmava que os monarquistas que pretendiam ver a pátria libertada do jugo opressor daquela república de nababos deveriam apelar para as urnas, que poderiam ser fraudadas, mas acabariam por não resistir à reclamação popular. Assim, conclamava seus correligionários a lutar abnegadamente pelo seu ideal, mas dentro da lei, com calma e prudência, pois dessa maneira viriam a engrossar o glorioso

21 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 6 set. 1892. A. 1. N. 5. p. 1.

22 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 6 set. 1892. A. 1. N. 5. p. 1.

partido que estaria destinado a operar a transformação política da pátria brasileira²³.

O redator não perdeu a oportunidade da data da independência nacional para, mais uma vez, atacar a forma de governo vigente. Em pequena matéria intitulada “Grande data”, ele dizia que a pátria brasileira estava a comemorar a sua emancipação política, mas considerava que acontecia algo estranho, pois o grito do inolvidável imperador, atravessando meio século, vinha morrer naquele dia, como um grito estrangulado, cheio de dores sopitadas, parecendo a voz de um túmulo amaldiçoando um povo. Segundo Mário de Artagão, tal percepção era compreensível, já que havia três anos que os brasileiros tinham vestido o crepe das dores incuráveis e, consternados, debruçavam-se sobre o cadáver da pátria. Assim, concluía que seria natural que, naquele abraço de dor, fosse ouvido o grito das catacumbas, tropejando a maldição sobre os destruidores da felicidade da pátria por todos estremecida²⁴.

A ferrenha repressão governamental no dia 7 de Setembro seria descrita por Artagão, através da matéria “Os sucessos”, na qual denunciava os excessos das autoridades, declarando que o Rio Grande tivera, pela primeira vez na sua vida pacata de cidade comercial, a ocasião de apreciar uma ostentação de força, descabida e espalhafatosa, cheia de perigos para a tranquilidade pública. Para o escritor, o governo exagerara ao ostentar sua força armada, a qual, ao invés de inspirar tranquilidade, provocara um mal-estar geral, de modo que a polícia, ao invés de garantidora da ordem, transformara-se em perturbadora da mesma. Ele acusava que os agentes governamentais promoveram ampla violência, com agressões brutais e prisões arbitrárias, provocando uma desordem medonha. Descrevia ainda que em muitos quintais fora arvorada a bandeira imperial, diante do que o diretório do partido monárquico expedira um emissário com o fim de conseguir a retirada de tais estandartes, de modo a evitar mais violências, bem como destacava que a redação da *Actualidade* fora muito visitada, sendo todos aconselhados a manter a calma e a

23 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 7 set. 1892. A. 1. N. 6. p. 1.

24 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 7 set. 1892. A. 1. N. 6. p. 1.

prudência, evitando qualquer manifestação que pudesse alterar a ordem pública²⁵.

Tal tema voltaria à pauta do jornalista através do editorial “A borrasca”, aberto em um estilo bem mais próximo dos escritos literários do autor, afirmando que tudo passara, dormindo as balas nos cartuchos, enquanto que as carabinas, encostadas a um canto da casa, abriam para o céu a boca pequenina e irônica. Descrevia ainda que não havia mais o calafrio e a ansiedade do medo, de modo que as estrelas que os anjos abriam pelo céu fitavam os moradores com o amor de sempre, tendo assim passado o 7 de Setembro, apontado como o dia pavoroso de negros estremecimentos. No restante do editorial, o escritor voltava ao estilo jornalístico, afirmando que de toda a ostentação ridícula de força resultara um esplêndido triunfo para o partido monarquista. Ele justificava sua asserção, destacando que os adversários consideravam que os monárquicos não passavam de uns lunáticos que, no terreno da esterilidade, tentavam lançar a semente de uma causa morta, entretanto, questionava, se assim eles eram considerados, qual seria o motivo de tamanha repressão²⁶.

Nesse sentido, o articulista explicava que era fácil compreender os motivos que forçavam os adversários a temer a propaganda emanada daquela folha, pois estariam a perceber que a propalada loucura dos monarquistas não estava a arrastá-los para os hospícios e sim a apontar-lhes o caminho só trilhado pelos escravos do patriotismo, inspirados na felicidade nacional, em uma escravatura que aterrava os inimigos por ser dignificadora. Na sua opinião, a causa monárquica contaria com o apoio das multidões, em busca da felicidade perdida, ressaltando que o povo só abraçava as causas santas e nobilitadoras, de modo que, todos irmanados, sustentariam as lutas contra os destruidores de todas as liberdades. Considerava ainda que os monarquistas representavam um grito que apavorava e, por isso, os adversários, vacilando nos fofos pedestais de um poder efêmero, cercavam-se de canhões e sabres, esquecendo que as barricadas não haviam sido feitas para um povo que tudo poderia destruir, quando

25 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 9 set. 1892. A. 1. N. 7. p. 1.

26 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 10 set. 1892. A. 1. N. 8. p. 1.

se sentia ferido nos seus bríos e direitos. Exortava os inimigos políticos a não tentar reagir, uma vez que a aspiração nacional seria como os vulcões que explodiam como uma força natural e, opor-lhe resistência, não passaria de insensatez e loucura²⁷.

A polémica permaneceria nas páginas da *Actualidade* com o editorial “Ainda bem”, no qual Mário de Artagão, mais uma vez, buscava eximir-se de qualquer acusação em torno de que os monarquistas haviam açulado a revolta no seio da população rio-grandina. Assim, ratificava que pregara a calma através das colunas de seu jornal para todos os amigos abraçados à crença política que com entusiasmo defendia. Além disso, aplaudia a atitude de um regimento do exército que tentara abrandar a ação policial das autoridades locais, destacando que os atos de tais militares haviam sido nobres e fruto de brandura, disciplina e patriotismo. Afirmando que o exército não era uma corporação feita para servir aos ódios da politicagem, nem às trincas dos partidos, defendia que tal corporação não deveria ser alvo de nenhum tipo de punição por suas atitudes, já que ela estava em acordo com os interesses do povo, em uma harmonia que serviria de estorvo aos déspotas e aos planos que tentavam ferir as santas liberdades²⁸.

O clima de instabilidade prosseguiria e a controvérsia em relação aos acontecimentos em torno do 7 de Setembro se manteria, tanto que Artagão teve de publicar o editorial “Uma defesa”, no qual mais uma vez enfatizava que não participara das manifestações naquela data, argumentando que, ao contrário, pressentindo que os populares se encaminhavam para a redação de sua folha, achara por bem retirar-se do escritório de modo a evitar que lhe forçassem a tomar a palavra, o que teria feito, pregando abertamente a monarquia. O escritor narrava que se deslocara para o salão de um hotel cidadão no qual fora interpelado por vários de seus adversários políticos, que o apontaram como culpado das agitações, ao que reagira e, em suas palavras, expressara suas convicções como jornalista e partidário de uma causa, concluindo que sua atitude fora coerente segundo a concepção das pessoas

27 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 10 set. 1892. A. 1. N. 8. p. 1.

28 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 11 set. 1892. A. 1. N. 9. p. 1.

sensatas e criteriosas²⁹.

Mário de Artagão chegou a mostrar-se encorajado a partir da campanha em torno de suas convicções, como ao divulgar o recebimento do que chamou de um belíssimo documento, de simplicidade encantadora, e por intermédio do qual verdadeiros corações de patriotas empenhavam todo o seu entusiasmo em favor da restauração da monarquia. Enfatizava que, dentre os dignos signatários, havia alguns que, na penosa estrada da vida, começavam a ensaiar os primeiros passos, ou seja, eram moços em cujo peito já existia o fogo veemente de um entusiasmo nobilitante. Perante o documento, o redator destacava que batalhar pelo futuro da pátria era a mais bela das lutas, dirigindo as suas aclamações a todos aqueles patriotas que se aproximavam da sua bandeira, com o fim de firmarem, pela monarquia, o prestígio do nome brasileiro³⁰.

O entusiasmo quanto à restauração foi demonstrado no editorial de título “Inviável” que buscava sustentar a ideia de que a república seria impraticável para o Brasil e não teria quadros

29 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 13 set. 1892. A. 1. N. 10. p. 1. A declaração de Mário de Artagão teve o seguinte conteúdo: Então os senhores não compreendem que se eu quisesse atizar os ódios do povo, bastar-me-ia ter ficado na redação, onde necessariamente faria considerações severas sobre a política republicana? É preciso que saibam que na minha qualidade de redator de uma folha séria e criteriosa, não me é possível estar por aí açulando ódios e pactuando com uma *vaia* que amanhã me prejudicaria aos olhos dos meus adversários. O povo exerce um direito vaiando ou aclamando. (...) Sei apenas que tenho um nome político a zelar, cujas responsabilidades são tremendas, e cuja seriedade seria incapaz de arriscar em uma manifestação de desagrado. Quero que compreendam que a minha condição de diretor de uma facção política, não me permite andar por aí de lata vazia em punho (...). Se não me ocorresse a lembrança de retirar-me para aqui, e se os senhores não me tivessem visto nesta sala, os seus jornais, os jornais governistas, seriam amanhã os primeiros a lançar sobre mim o insulto e as recriminações. Na opinião dos jornais que me são desafetos, não há nesta cidade manifestação hostil à república que não seja promovida por mim. Pois é contra isso que eu protesto. Tenho família, tenho respeito às crenças dos adversários e tenho interesses nesta cidade; e serei por isso incapaz de promover distúrbios que afetem o sossego da sociedade e o critério da minha crença política. (...) Os senhores me hão de ver sempre dignamente colocado, custe o que custar. Faço e farei sempre a minha propaganda, mas no exercício desse direito saberei sempre respeitar a ordem e, sobretudo, a seriedade de um nome que conservo imaculado! (...) Se essa manifestação que ali se acha em frente à *Actualidade* fosse dirigida à minha propaganda, à ideia monárquica ou a mim, na qualidade imerecida de chefe do partido, acreditem os senhores que sem vacilar me acharia no meu posto de honra, sacrificando a minha vida e todo o meu futuro!

30 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 14 set. 1892. A. 1. N. 11. p. 1.

para garantir a administração do país. Segundo o redator da *Actualidade*, já era um assunto por demais sabido para os seus adversários que a reação contra a república se operava rápida e simultaneamente em todos os cantos do país. Explicava que, ao princípio, ainda houvera a ironia e a chacota a servirem de espantinho para aqueles que nutriam saudades do passado, entretanto, convencidos e, a seu turno, amedrontados, os órgãos republicanos abandonaram o cediço expediente das palavras cáusticas, para lançarem mão das ameaças e perseguições, as quais não significavam outra coisa que não fosse a própria fraqueza das instituições vigentes. De acordo com Artagão, nunca para um historiador se apresentara período mais fácil de análise do que aquele que o país atravessava, de modo que, sem a longa obstinação no estudo nem os esforços apurados de observação, seria possível perceber à primeira vista que a forma republicana era um sistema que não servia à natureza dos brasileiros, como homens livres, nem tinha o mérito sequer de acudir às primeiras necessidades de um país que queria progredir³¹.

Nessa linha, o escritor sustentava que a condição essencial para cimentar os fundamentos de qualquer sistema de governo residia necessariamente na capacidade e patriotismo dos homens que eram chamados para as regiões administrativas. Ele cobrava uma posição dos detentores do poder, ressaltando que, ainda na monarquia, os propagandistas, nas suas declamações, pregavam as vantagens da república, de maneira que, uma vez triunfante essa causa, eles deveriam revelar as aptidões necessárias e os conhecimentos próprios para a fazerem vingar. Contrapunha, porém, dizendo que estava se dando justamente o contrário em três anos de república, nos quais se via tristemente nua a galeria dos homens notáveis, passando a qualificar negativamente alguns dos governantes de então. Assim, manifestava a certeza de que o estado de desmoralização não se modificaria, continuando as dificuldades financeiras e o descrédito nacional. Diante disso, o redator vaticinava que os seus adversários deveriam ficar certos de que, sem homens capazes para a responsabilidade de uma sábia administração, não haveria forma de governo que conseguisse

31 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 15 set. 1892. A. 1. N. 12. p. 1.

identificar-se com o povo, de modo que, sem homens públicos à altura, a república tornara-se inviável na pátria brasileira³².

Mas as críticas do jornalista não se relacionavam apenas à incapacidade administrativa dos republicanos, como também à malversação das verbas públicas. Tal perspectiva ficou demarcada no editorial “Bem bom!”, no qual denunciava o “gordo subsídio” que viria a ser pago aos deputados durante a prorrogação das sessões do Congresso, fato visto como algo que tristemente confirmaria a imoralidade que viria lavrando em quase todos os ramos da administração republicana. Segundo ele, até poderia ser dado como bem empregado esse dinheiro extorquido ao contribuinte, se, porventura, houvesse certeza de que a partir de tal prolongamento se visse sanadas as dificuldades que assinalaram aquele trecho da vida histórica nacional. Entretanto, conjeturava que, desgraçadamente, tudo levava a crer que a mesma esterilidade nas medidas de salvação continuaria predominante, bem como a retórica persistiria a endeusar os homens da governança e tudo emperraria no lutulento *status quo*, que tão tremendos prejuízos vinha causando ao desenvolvimento da atividade e do progresso brasileiro³³.

Artagão aproveitava a oportunidade para estabelecer um diagnóstico amplamente negativo acerca da política econômica brasileira desde novembro de 1889, explicando que, após o primeiro ano de república, quando o sistema econômico fora esbandalhado, corra no Congresso o grito tardio do alarme, tratando cada qual de propor uma solução que chegasse a tempo de estancar os males causados pelas emissões bancárias. Diante do quadro que pintava como desesperante, indicava que muito se discutira, mas nada fora resolvido, refletindo a triste verdade de que a república não tinha um único homem entendido em matéria econômica, resultando em situação catastrófica cujos efeitos eram penosamente sentidos pelo povo, frutos dos erros dos economistas republicanos. À questão de tal incompetência, o escritor acrescentava a má-fé, declarando que a prorrogação nas sessões do Congresso não passava de um pretexto para favorecer

32 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 15 set. 1892. A. 1. N. 12. p. 1.

33 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 16 set. 1892. A. 1. N. 13. p. 1.

a algibeira dos supostos representantes da soberania popular, diante do que deveria se dar o veemente protesto do povo³⁴.

A abordagem do editorial a respeito da pouca fé na honestidade dos homens públicos era mais uma vez a ocasião para traçar um paralelo com os tempos monárquicos, afirmando o redator que o velho imperador, que jamais teria deixado de zelar pelo emprego dos dinheiros da nação, sempre se opusera às despesas condenadas pelo patriotismo e pela abnegação. Argumentava que, a república, ao contrário, não se dignava a ver que o povo paciente já se achava por demais onerado, de modo que seria impossível acreditar na moralidade dos republicanos. Diante disso, destacava que não havia como deixar de olhar saudoso para o passado que não ia longe, e durante o qual teriam sido escritas as páginas mais brilhantes do desinteresse e do patriotismo. Afiançava que o dinheiro nunca sujara os pergaminhos dos parlamentares da monarquia, pois eles não faziam da política um cômodo meio de vida, buscando honrar o seu glorioso mandato, interessando-se com amor por todos os interesses vinculados ao desenvolvimento da pátria. Para corroborar com sua ideia, dizia que os políticos da época imperial haviam quase todos morrido pobres, ainda mais porque o exemplo de civismo partia de cima, pois o imperador, ao morrer, não teria sequer o dinheiro para as tábuas de um ataúde modesto. Comparativamente, asseverava que na república o processo era outro, servindo os postos públicos para enriquecer os seus felizes proprietários, de modo que a imoralidade continuava a prolongar-se nas bancadas dos supostos delegados do sufrágio popular³⁵.

Um tema bastante debatido pelo jornalismo brasileiro da virada do século acerca de um projeto para estimular a imigração chinesa para o Brasil não escapou às análises de Mário de Artagão quando redigia *A Actualidade*, servindo mais uma vez como mote para atacar os detentores do poder. No editorial “O Chim”, dizia que era uma nova escravidão que começava, pois, muito em breve, cortando as águas, seriam vistos os navios negreiros conduzindo chins aos montões. Diante disso, exclamava que titânica fora a luta

34 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 16 set. 1892. A. 1. N. 13. p. 1.

35 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 16 set. 1892. A. 1. N. 13. p. 1.

que o império sustentara para destruir o fatal legado das velhas gerações coloniais, em um quadro pelo qual o trono e o povo teriam lutado desesperadamente contra os capitais emperrados da lavoura escravocrata, tendo vencido pela tenacidade. Segundo o jornalista, com aquele procedimento, a república estaria a desfazer tal esforço, analisando o projeto de imigração chinesa como um verdadeiro presente de grego para a “malfadada pátria brasileira”. O escritor qualificava o chinês como uma entidade servil que iria obedecer e amoldar-se às condições negregadas de uma escravidão brutal, diante do que os fazendeiros iriam esfregar as mãos de contentamento, sem esquecer de abençoar a república que lhes dera pasto para cevar a ganância criminosa³⁶.

Buscando referenciar a experiência norte-americana, Artagão considerava a imigração chinesa como um flagelo para os costumes e um perigo para a altiva nacionalidade brasileira. Entretanto, dizia que estaria a perder tempo em semelhantes considerações, uma vez que eram palavras que não chegariam aos ouvidos do presidente da república, o qual não teria um instante para atender às reclamações do povo. A tal argumento, acrescentava que, entre o fazendeiro que queria lombos para o chicote e entre o povo que pedia garantias para a sua raça ameaçada, o presidente não iria vacilar, pois aquele dispunha de votos e dinheiro, ao passo que este, quando muito, poderia dispor do ódio com que costumava amaldiçoar a memória dos falsos patriotas. Na concepção do jornalista, o Brasil era um país de poucas liberdades naquele momento, de forma que não seria de admirar que se instituisse a escravidão da raça amarela, quando, havia três anos, já era suportada a escravidão da raça branca. Perante tais constatações, ele dizia escrever com uma dor que mordía a sua alma, a qual estava saudosa dos tempos inolvidáveis das passadas grandezas nacionais³⁷.

Uma das tantas questões levantadas pelos críticos ao autoritarismo governamental republicano era a do excesso de militarismo e da utilização das forças armadas para a garantia do regime. Mário de Artagão também dedicaria algumas das

36 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 17 set. 1892. A. 1. N. 14. p. 1.

37 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 17 set. 1892. A. 1. N. 14. p. 1.

páginas da *Actualidade* a tal tema, lançando profundas críticas às autoridades governamentais que, através de intrigas urdidas, haviam forçado a transferência de um militar. Segundo o jornalista, tal oficial trouxera benefícios valiosíssimos à causa da ordem, do sossego e da disciplina, mas se negara a ser um simples títere nas mãos dos homens públicos, pouco se importando com a cor política de quem quer que fosse reclamar-lhe a proteção, conquistando o respeito e a admiração de todos. Diante disso, o redator denunciava que a influência e as conveniências da politicagem estavam desgraçadamente atirando para segundo plano os galões dos briosos militares, uma vez que o governo não queria soldados, e sim instrumentos da sua política, transformando em criminoso o militar que não quisesse tomar parte nas lutas políticas a favor dos governantes. Ele vaticinava ainda que o presidente da república deveria tomar cuidado com as perseguições movidas contra seus irmãos de armas, as quais um dia poderiam vir a ser fatais para as suas pretensões³⁸.

Ainda sobre os excessos de força e militarismo governamental, Artagão publicaria o editorial “A Guarda”, no qual questionava a formação de tal aparato militar na capital federal, apontando que alguma coisa de fatídico deveria agitar o cérebro cansado do presidente da república. De acordo com o jornalista a formatura da Guarda Nacional no Rio de Janeiro poderia parecer um episódio burlesco, se atrás dela não se ocultassem desígnios por demais graves. O redator lembrava que todos conheciam o encarniçamento da guerra que os antigos propagandistas republicanos haviam movido sempre à formação dos batalhões da Guarda Nacional, típicos da época imperial, zurzindo com sanha a nomeação dos oficiais e lançando sobre estes o riso da chacota e o cáustico do ridículo. Dizia também que os republicanos propalavam que a monarquia tratara de militarizar a Guarda em benefício e apoio ao terceiro reinado e que os propagandistas guerreavam a criação de batalhões convenientemente instruídos³⁹.

Nessa linha, o escritor argumentava que, diante de tal atitude

38 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 18 set. 1892. A. 1. N. 15. p. 1.; e 20 set. 1892. A. 1. N. 16. p. 1.

39 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 22 set. 1892. A. 1. N. 18. p. 1.

hostil, seria de esperar que, implantada a república, fossem para sempre banidos esses “galões desfrutáveis”, na frase costumeira dos demagogos, mas que isso não ocorreria, com a colocação das forças militares essencialmente a serviço da manutenção dos detentores do poder. Essa atitude era vista como uma incongruência, com o fim único da ostentação de força, uma vez que o presidente da república, amedrontado com a dissidência por ele cavada no seio do “valeroso exército”, procurara na Guarda Nacional o esteio que em ocasião precisa, lhe seria negado por muitos dos seus antigos companheiros, vítimas da injustiça presidencial. Perante tais questões, o jornalista argumentava que todas as considerações levavam à crença de que o presidente sentia-se vacilar no pedestal da prepotência, erguido sobre os ombros da guarda pretoriana, prevendo que tal pedestal se assentava sobre um cimento fraco que com certeza ruiria ao primeiro grito soltado do seio das casernas⁴⁰.

Nos últimos números de setembro de 1892 escassearam os editoriais da lavra de Mário de Artagão e o caráter incompleto da coleção não permite o acompanhamento da continuidade de sua campanha em prol da monarquia. Mas essas edições iniciais da *Actualidade* dão uma ideia bem precisa de sua incansável pregação, a qual se tornaria cada vez mais arriscada diante do acirramento do autoritarismo governamental. O jornalista seria duramente perseguido, resistindo enquanto pode, mas a intensificação das ameaças e a ferrenha repressão oficial que praticamente calou a imprensa no país todo, acabariam, em maio de 1894, por afastar o redator do jornal por ele criado. Em breve nota publicada na *Actualidade*, a empresa informava que o chefe e amigo Mário de Artagão abandonara positivamente a imprensa política do país, buscando na tranquilidade do lar o consolo para muita desilusão e sofrimento. Explicava que a literatura e o magistério passariam a contar com a plena dedicação e atividade de Artagão, ficando fechadas as colunas do periódico para a política, passando a trabalhar exclusivamente para o progresso cidadão⁴¹.

Era mais um jornal que tinha de desistir de seu norte editorial

40 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 22 set. 1892. A. 1. N. 18. p. 1.

41 A ACTUALIDADE. Rio Grande, 4 maio 1894. A. 2. N. 526. p. 1.

diante da coerção governamental que não poupou esforços para calar qualquer publicação que não estivesse afinada com o *status quo*. Mário de Artagão efetivamente cumpriria a palavra expressa na nota publicada na *Actualidade*, dedicando-se a partir de então às atividades docentes e à criação literária. Progressivamente, os escritos do poeta iriam se afastando das intestinas lutas político-partidárias e mais se internalizariam em direção a questões sentimentais ou a outras convicções do autor que não aquelas vinculadas às monárquicas. Tal processo se tornaria cada vez mais evidente, notadamente a partir dos anos iniciais do século XX, quando o escritor se mudaria definitivamente para Portugal. Ainda assim, a primeira obra literária de Mário de Artagão, lançada em 1894, guardava implícita/explicitamente algumas reminiscências de suas ideias de oposição à república e de saudosismo da monarquia. Tratava-se do livro *Psaltério*, publicado na cidade do Rio Grande pela Livraria Americana, casa editorial que reunia em torno de si vários dos expoentes da intelectualidade local e regional de então.

O título utilizado pelo poeta para o seu livro originava-se do latim “*psalterium*” e do grego “*psaltérion*”, referindo-se a um antigo instrumento musical de cordas, bem de acordo com ideia de uma lira artística, em sentido figurado vinculado à criação poética e/ou, ainda, era uma referência a um livro de salmos, com o qual o autor, em suas palavras, pretendia realizar a “evangelização do amor”. A proposta de Mário de Artagão era dar continuidade ao plano de não mais abordar as questões voltadas às suas convicções político-ideológicas e muitos dos poemas efetivamente gravitavam em torno de conteúdo sentimental, notadamente o amor, até com algum erotismo latente. Mas alguns segmentos da obra poética acabariam por refletir que o abandono da livre expressão de seus ideais não fora de todo realizado, permanecendo certos fragmentos ainda bem vivos. Figurativamente, o autor dizia que, admitindo a dor e o espírito da revolta como eternos agregados na peregrinação da vida, pensava não ser forçoso, à guisa de escoadouro, que se imitasse a boca dos vulcões cuspidando a lama em que se atolava a raiva. Em contrapartida, afirmava que as magnólias em botão também se revoltavam contra os crepúsculos

que tardavam, ao passo que a raiva a explodir instigava-as apenas a forçar o seio, desabotoado de chofre, num hausto triunfante de perfumes⁴².

Mesmo que ratificasse suas intenções de deixar de lado a política, no “Introito” de sua obra, Artagão lembrava as circunstâncias autoritárias que marcavam o país, fazendo referência às perseguições sofridas e ao tempo que tivera de se abrigar no consulado britânico, tendo em vista as constantes ameaças sofridas. Nesse sentido, destacava que a luta pela vida o havia afastado pertinazmente do convívio dos joalheiros, resolvendo publicar um livro que fosse o estojo das suas lágrimas, insignificante como contingente à literatura, mas precioso como presente de núpcias. Afirmava que não houvera coincidência de datas para o lançamento por imposições da política, devendo ser computado tal tempo aos oito meses de refúgio sob a protetora bandeira consular, ficando, portanto, explicada a extemporaneidade no aparecimento do *Psaltério*. Enfatizava ainda que pouco importava que o livro tivesse tardado, pensando que fora até melhor assim, já que, em decurso doloroso de esgotamento pelo sangue fraticida, faria bem a leitura de um livro que salmodiava a “evangelização do amor”⁴³.

Ainda quanto aos cuidados tomados diante do contexto repressivo, o poeta ressalvava que na parte daquele volume que continha páginas dedicadas à “preciosa atenção” da “princesa redentora” – em alusão à Isabel, filha do imperador Pedro II, que assinara a lei de abolição da escravatura – ficara a vacuidade de muitos trechos referentes a assuntos políticos. Explicava assim que se retirara cautelosamente com a finalidade de evitar que a chave de algum soneto pudesse abrir às portas ao rancor do jacobinismo, em referência à denominação de jacobinos, empregada tanto para aqueles grupos radicais e xenófobos que apoiavam o florianismo no Rio de Janeiro, como para chamar os castilhistas detentores do poder no Rio Grande do Sul. Não deixando de defender ainda que indiretamente suas convicções, demarcava que consentira que fosse publicada uma homenagem

42 ARTAGÃO, Mário. *Psaltério*. Rio Grande: Livraria Americana, 1894. p. 10.

43 ARTAGÃO. p. 10-11.

ao 13 de Maio, considerando-a muito verdadeira, por encerrar o seu intuito de causticar o egoísmo dos escravocratas que, por efeito de conveniência inqualificável, se diziam mentirosamente monarquistas⁴⁴.

Dentre os fragmentos presentes no conjunto dos poemas de *Psaltério* que demarcavam as convicções do autor, estava o intitulado “Fuga das sombras”, no qual o poeta, em meio à descrição das inter-relações de um noivado, fazia referências a uma melancolia em relação ao passado, bem como à falta de liberdade que tanto marcou a sua vida e interrompeu suas atividades no jornalismo militante:

Entremos, e nada temas!
Estas sombras fugidias
São as ternas companheiras
Das minhas melancolias. (...)

Se querem de mim vingar-se
Na nevrose da saudade,
Desçam os ferros da porta
Que deu-lhes a liberdade.

Ponham sóis para entravá-la!
E corram todas chorosas
O curto desfiladeiro
Que vai ter às nebulosas.⁴⁵

Mais uma vez referindo-se a amores e à religião, Mário de Artagão deixaria já explícito no título do poema – “Censura” – que suas angústias contra o cerceamento à liberdade de expressão não haviam sido esquecidas. Ainda que os personagens dos versos sejam a amada e o autor, sofrendo em meio às aflições da cristandade, ao mesmo tempo, demonstrava ter a “alma opressa”, padecendo com a “amargura” de uma “ânsia indefinida”, bem de acordo com seus sentidos diante das práticas coercitivas as quais fora submetido:

44 ARTAGÃO. p. 10-11.

45 ARTAGÃO. p. 39-41.

É bom não veres, tu que nunca a viste,
Esta alma opressa quando a sós medito:
Como se eu fora um pecador contrito
Terias pena de me ver tão triste.

Teus olhos falam!... Já que m'ò pediste,
Revolvo a chaga no teu peito aflito,
Dizendo, e dói dizê-lo, o anjo bendito,
Que essa amargura todavia existe.

Não te magoem as lágrimas que verto!
Nesse momento de ânsia indefinida
A rolar pela cruz o olhar incerto,

Pergunto ao Cristo, que ambos adoramos
Como é que arranca ao noivo a curta vida
Sem matar a mulher que nós amamos!⁴⁶

As reminiscências ficavam também demarcadas em “Hibérnias”, poema que se referiria às terras irlandesas, mas que acabava por perpassar bem próximo ao contexto sul-rio-grandense. Os versos lembravam uma noite de inverno, ventosa e fria, como o eram no Rio Grande do Sul, mas havia também “calafrios generalizados” e “ventos anarquizados” que corriam pelo “Sul”, em uma alusão ao jacobinismo castilhistas que dominava os gaúchos, e impunha o “silêncio”, abafando “a raiva dos confrontos”. Figurativamente, Artagão conversava com uma caveira, diante da “voz das Agonias”, em referência ao morticínio que se alastrava pelo estado rio-grandense. O escritor se dizia descrente de tudo, restando, entretanto, a fé religiosa e “um piedoso Amém” que vinha “de longe, lá do extremo Sul”, em menção a uma reação contra o regime dominante no Rio Grande do Sul:

É noite, minha amada,
Noite de inverno, imensa, congelada...
A chuva a chapinhar pelo lajedo
Canta umas árias de soprano agudo:

46 ARTAGÃO. p. 83-84.

Tremem bicos de gás... talvez de medo...
Há calafrio em tudo!
Os açoitados ventos
Correm do Sul, anarquizados, tontos;
Rosna abafada a raiva dos confrontos:
São os noturnos guardas sonolentos,
 Cardíacos, sinistros,
Vendo passar ruidosamente ao lado
O carro almofadado
De alguém que sai d'um baile de ministros.
E o silêncio depois...
Um ano faz que tenho uma caveira
Comprada por barato n'uma feira:
Somos só nós, os dois...
E é nas noites das torvas hibérnias
Pintadas a nanquim, sem luz d'estrela,
Quando rouquejava a voz das Agonias,
Que eu gosto mais de palestrar com ela!
Na boca hiante, em confiança o digo,
É bom que faltem três dos incisivos,
Pois se a caveira se lembrar dos vivos
Talvez que morda a minha mão de amigo!
De tudo hoje descreio,
E não creia mais em Deus também,
Se não ouvisse pela noite em meio
Um piedoso *Amém*,
Que vem de longe, lá do extremo Sul,
Quando levanto a prece,
Como se fosse um anjo que o dissesse
N'um púlpito suspenso pelo Azul!⁴⁷

O título de outro dos poemas publicados em *Psaltério* já bem revelava o estado de espírito do escritor – “Alma flagelada” – no qual ele dialogava com uma “Princesa”, em uma referência à Isabel, herdeira do trono do falecido imperador Pedro II. O autor se dizia “um lutador do Passado”, tendo já poucas esperanças no seu “grande sonho dourado”, ou seja, a restauração monárquica no Brasil. Ainda que desesperançado, Artagão afirmava que

47 ARTAGÃO. p. 105-106.

permaneceria validando o seu “mundo de crenças”, ou seja, seus ideais monarquistas, representados na figura daquela “Princesa”, observada sob um viés quase que sacrossanto, como a única na qual ele conseguiria ver a sua “Pátria mais livre”:

Sou um vencido Princesa!
Um lutador do Passado,
Que se debruça na cova
De um grande sonho dourado!

Este canto vos pertence:
Nasce do culto d'um crente
Que vos adora, Senhora,
Respeitosamente.

Todo o meu mundo de crenças,
Como uma pérola presa,
Cabe na concha franzina
Da vossa mão de princesa!

Quando em vós penso, entumecem
De calor as madrugadas,
E vejo a Pátria mais livre
E as noites mais consteladas.

Eu sei que o céu tem estrelas
Que lá serve de postigo
Por onde descem os anjos
Que tagarelam comigo.

Foi um d'eles quem me disse
Que o vosso nome se lia
Em grandes letras douradas
Junto ao nome de Maria.⁴⁸

Em um fragmento do poema “1893”, o poeta fazia alusão a um “castelo azul” que idealizava – tal qual a forma de governo pela qual sempre se batera – considerando-o como “um berço

48 ARTAGÃO. p. 115-116.

imaculado” que ainda servia para guardar as suas “ilusões” e “as velhas crenças boas”, em referência aos seus ideais, bem como a sua “Indignação” se mostrava ainda bem viva diante da situação reinante em seu país. O escritor se referia a uma “criança” como sinônimo de “Esperança”, em uma menção a um dos netos de D. Pedro II que permanecia como último suspiro nas intenções restauradoras, e mais uma vez aproximando a convicção monárquica com a fé, falava de um “eco antigo”, quase divino que ainda poderia servir de consolo e sanidade diante do autoritarismo republicano:

De tudo inda me lembro... Esse castelo azul
Tinha uma contextura igual aos de Istambul:
E sereno, ideal, por torreões flanqueado,
Parecia de longe um berço imaculado
Que Deus pusera ali, para guardar o céu,
As minhas ilusões, e tudo o que era meu!
Como se libertasse um bando de leões
Fogem a pouco e pouco as velhas crenças boas,
Indo por mausoléus uivar a orquestração
Metálica e feroz da minha Indignação...
Se não fora o bendito olhar d'uma criança,
Que hipnotiza-me o sonho e doura-me a Esperança
Há muito que estaria o meu solar sem luz,
Como nêgas de céu nos braços d'uma cruz!
Ainda não blasfemo e ainda não maldigo,
Porque do berço amado escuto um eco antigo
Que me fala de Deus e fala-me de Amor:
Abençoada a Mãe que põe n'uma alma em flor
A toada suave e mística da prece,
Consoladora e sã, que nunca mais se esquece... (...) ⁴⁹

“Nirvana” foi outro conjunto de versos publicados no livro *Psaltério*, ambientados nas montanhas da Groelândia, entretanto, Artagão acabaria por fazer mais uma vez referência às suas angústias quanto ao destino de sua terra natal. Falava em “desejos impossíveis” de uma ansiosa “alma alanceada e aflita” que buscava em “um famoso mausoléu sagrado”, com “as cinzas

⁴⁹ ARTAGÃO. p. 119-120.

nobres do Passado” – em clara alusão aos tempos monárquicos – algum consolo para a sua “Dor imensa” e a sua “Descrença”, por ter perdido a sua “Pátria sofredora”, restando-lhe ainda alguma esperança no derruir dos novos donos do poder no Brasil:

Desejos impossíveis tenho às vezes!
Quisera encastelar a fantasia
Na solidão misteriosa e fria
Dos torvos *nunataks* groenlandeses. (...)

Desejos impossíveis tenho às vezes!
Quero que esta alma alanceada e aflita,
Abençoando os gelos groenlandeses
Em ânsias o repita.
Busco um famoso mausoléu sagrado,
Oculto em nevoeiro,
Aonde as cinzas nobres do Passado
Durmam comigo o sono derradeiro...
E quando a Dor imensa
De te perder, ó Pátria sofredora,
Prostre o cadáver santo da Descrença
Com mão profanadora,
Quero que os ódios dobrem a defuntos
No baile branco e secular dos flocos,
Enquanto a neve e mais os êideres juntos
Valsam no gelo himalaiado em blocos!⁵⁰

Já no poema “Treze de Maio – página histórica”⁵¹, o escritor descrevia um comício antiescravagista que se realizava em meio dos aplausos populares, com agitação nas ruas de uma cidade da província, quando se esperava com ânsia o despacho oficial sobre a atitude do trono e do parlamento na questão da abolição. O protagonista era um fazendeiro que defendia ardorosamente a continuidade da escravidão, sustentando que a riqueza da pátria estava no braço escravo, dizendo-se um convicto monarquista que não trepidaria em dar pela princesa o peito, o sangue e a

50 ARTAGÃO. p. 121 e 127-128.

51 ARTAGÃO. p. 129-133.

vida. Artagão, entretanto, buscava demonstrar que era falsa a convicção expressa pelo personagem que, aprovada a Lei Áurea, abandonaria tais ideais, maldizendo a monarquia, buscando refletir os tantos donos de escravo que, perante a extinção da escravidão sem indenizações, acabariam abandonando a forma monárquica e ingressando nas hostes republicanas. Nesse sentido, o fazendeiro, alucinado ao ler o despacho oficial, dizia:

Ó crime! Maldição! Triunfastes, ó canalha!
Assim se rouba o pão ao pobre que trabalha!
Princesa que eu maldigo! A ti, meu ódio todo!
Quero para a vingança os cáusticos do lodo...
Eu vou travar a luta, a luta sem piedade,
Contra a lei que firmaste impondo a Liberdade.
Dentro d'um ano, tu, verás cheia de medo,
Aberta a Via-Sacra enfrente do Degredo!
Hei de roubar-te o trono em troca da Alforria...
Abaixo a Liberdade! Abaixo a Monarquia!

Finalmente, em uma breve passagem do poema “Trecho íntimo”, o poeta deixava denotar suas angústias, ao revelar que poderia chegar a sentir-se como um homem sem pátria, tendo em vista a sua não aceitação do regime vigente no Brasil:

(...) Mas esta pobre fantasia inquieta
Prefere a altura torva e sofredora
Onde agonizo em crucificação.
Não tenho Pátria. Aquela que foi minha
É como as múmias: – vive do passado! (...) ⁵²

Assim, Mário de Artagão representou bem a contento o intelectual de seu tempo, lançando em seus escritos uma carga cultural adquirida ao longo de suas leituras, de seus estudos e de suas vivências e atuando em diversas áreas do conhecimento humano. A sua ação como escritor teria, entretanto, um caráter *sui generis* em relação a muitos de seus coetâneos, pois, além de se opor aos modelos autoritários implantados no Brasil e no Rio

52 ARTAGÃO. p. 141.

Grande do Sul, ele colocou-se em verdadeira resistência ao mesmo, e defendeu enfaticamente o retorno à forma de governo decaída. Foi uma época extremamente difícil para a liberdade de expressão, sendo perseguido qualquer um que questionasse o regime vigente, de modo que tal cerceamento era ainda muito mais severo para com aqueles que arvoravam o ideário monárquico. Convicto de suas ideias, Artagão propagou-as abertamente nas páginas do jornal *A Actualidade*, atitude que lhe custou extremamente caro, fazendo com que tivesse, a fórceps, de abandonar as lides do jornalismo militante. Mesmo assim, na primeira obra que editou após a decisão de abandonar o debate político, o poeta não deixou de lado suas convicções, havendo fragmentos de seu pensamento monárquico incrustados em seus versos. Dessa maneira, fosse como jornalista, fosse como poeta, em seus escritos Mário de Artagão reproduzia suas visões de mundo diante da transição monarquia – república no Brasil, refletindo nos mesmos as tantas interfaces entre a História e a Literatura.